

Márcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves
(Organizadores)

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2



Atena
Editora
Ano 2021

Márcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves
(Organizadores)

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: minorias, práticas e inclusão 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: minorias, práticas e inclusão 2 / Organizadores
Marcia Moreira de Araújo, Carlos Jordan Lapa Alves. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-034-3

DOI 10.22533/at.ed.343211805

1. Educação. I. Araújo, Marcia Moreira de
(Organizadora). II. Alves, Carlos Jordan Lapa (Organizador).
III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Neste momento contemporâneo e avassalador, que minimiza nossa potência de agir, esse livro é um “respirar leve”, e traz consigo outras possibilidades de pensar, fazer e viver a educação neste contexto que inclui e reverbera liberdades e multiplicidades do agir democrático, fora dos padrões colonizados em nossas mentes por séculos.

Inspirados em nossos estudos, temos a urgência em entender como que uma sociedade inteira não se reduz a vigilância e propõe micro-liberdades individuais e coletivas. Junto a Certeau(1994) , problematizamos neste espaço: “que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não ser para alterá-los? Que táticas e artes de fazer engendram nas tramas da vida que formam uma contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”), dos processos silenciados que organizam as micropolíticas e formam as subjetividades diversas?

Eis, portanto, nossa grande missão neste livro: propiciar momentos, debates, críticas e litigar com poderes que permeiam o campo educacional tornando-o tradicional, excludente e retrogrado. A educação do presente não pode e não deve ser desconectada da realidade social, da diversidade étnica, de gênero, religiosa e de crença que a sociedade vive. Talvez, essa seja a hora de derrubar os muros que ergueram em volta das escolas para que este lugar seja de todos e todas.

Pensar raça, gênero, sexualidade, exclusão, inclusão, feminismo, machismo e interseccionalidade no contexto escolar é obrigação de educadores e educadoras neste momento histórico no qual as bases democráticas estão constante tensão. Não cabe a escola e aos professores o papel de agente passivo, mas ações veementes e fortes a favor da luta pela igualdade, equidade e qualidade educacional para todas as crianças de todas as crenças.

Em um país onde as Casas de Leis perdem tempo propondo projetos para inibir e coibir o fazer docente, por exemplo, projeto de Lei 4893/20 que busca criminalizar professores que debatem assuntos ligados a gênero e sexualidade, a balança do poder deve agir criando reações de contrapoder: ao silêncio o barulho, a ordem a desordem, a punição a revolta. Nunca cabe a um docente o papel de submissão, mas ação, a criticidade.

Esperamos que o leitor, ou a leitora, faça produções fecundas e inventivas a partir desta proposição de textos que apresentam uma subversão no espaço educativo nos múltiplos modos de aprendizagens. Desejamos que as apostas sejam a captura do que escapa dos modos imperativos de educação, e que as possibilidades de invenção e criação reverberem na prática docente por uma educação mais condizente com o que a humanidade vem liberando como demandas sociais.

Desejamos uma excelente aventura literária e formativa!

Marcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ENSINO HÍBRIDO: *PODCAST* COMO INSTRUMENTO AUXILIATÓRIO DE PREPARAÇÃO PARA O ENEM

Lucas Antonio Xavier
Bruna Carraro de Oliveira
Chirlei de Fátima Rodrigues
Ruanna Bourguignon Gava Ribeiro
Luzinete Louzada Bianchi Kahowec
Simone Vieira Sant'Anna Fardim
José Izaias Moreira Scherrer Neto
Luciano Carneiro Cardozo
Unir Andrade Rabelo Júnior

DOI 10.22533/at.ed.3432118051

CAPÍTULO 2..... 15

A AVALIAÇÃO DE ALUNOS SURDOS EM ESCOLAS COMUNS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS E INSTRUMENTOS AVALIATIVOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Zanado Pavão Sousa Mesquita
Marcella Arraes Castelo Branco
Elenice de Alencar Silva

DOI 10.22533/at.ed.3432118052

CAPÍTULO 3..... 28

A DIFERENÇA COMO CARACTERÍSTICA FUNDAMENTAL: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Felipe Miranda Zanetti

DOI 10.22533/at.ed.3432118053

CAPÍTULO 4..... 40

A EDUCAÇÃO BÁSICA ENQUANTO DIREITO SOCIAL: UM PANORAMA HISTÓRICO A PARTIR DAS LDBENs BRASILEIRAS

Miguel Rodrigues Netto

DOI 10.22533/at.ed.3432118054

CAPÍTULO 5..... 54

A DANÇA COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ana Carolina Nascimento Lira
Roseli Fernandes Lins Caldas

DOI 10.22533/at.ed.3432118055

CAPÍTULO 6..... 65

A EDUCAÇÃO DE ÓRFÃOS NAS MINAS COLONIAIS: ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS CONFORME O SEXO DOS TUTORES E TUTELADOS

Leandro Silva de Paula

DOI 10.22533/at.ed.3432118056

CAPÍTULO 7	78
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO REGULAR	
Janaina Ribeiro Pireda Teixeira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.3432118057	
CAPÍTULO 8	90
A LINGUAGEM ADAPTATIVA: ROMPENDO BARREIRAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO	
Antonia Diniz	
Valdirene Nascimento da Silva Oliveira	
César Gomes de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.3432118058	
CAPÍTULO 9	101
A NOVA RACIONALIDADE TÉCNICA DO TRABALHO DO PEDAGOGO NA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: POSSIBILIDADES E LIMITES	
Clarice Schneider Linhares	
Laurete Maria Ruaro	
DOI 10.22533/at.ed.3432118059	
CAPÍTULO 10	112
A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR	
Rodrigo Parras	
Elaine Cristina da Silva Zanesco	
Márcia Aparecida Amador Mascia	
DOI 10.22533/at.ed.34321180510	
CAPÍTULO 11	125
A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL ACERCA DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Mirna Cristina Silva Pacheco	
Cristina Maria Carvalho Delou	
Ediclea Mascarenhas Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.34321180511	
CAPÍTULO 12	133
A SUBSTANCIALIDADE DA SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E TRANSGRESSÃO DA LGBTFOBIA	
Glauber Carvalho da Silva	
Letícia da Silva Paz	
DOI 10.22533/at.ed.34321180512	
CAPÍTULO 13	144
ADVOCACY, COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA SOBRE A TUBERCULOSE	
Raimunda Hermelinda Maia Macena	
Liandro da Cruz Lindner	
Carla Patrícia Almeida	

José Carlos Veloso Pereira da Silva
Antonio Ernandes Marques da Costa
Neide Gravato da Silva
Giselle Raquel Israel
Ezio Távora dos Santos Filho

DOI 10.22533/at.ed.34321180513

CAPÍTULO 14..... 156

A POLÍTICA PÚBLICA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO ESCOLAR DA SEE/SP: ANÁLISE DO CASO DA DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE TAQUARITINGA

Paulo Cesar Cedran
Chelsea Maria de Campos Martins

DOI 10.22533/at.ed.34321180514

CAPÍTULO 15..... 166

AUTISMO E EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA PARCERIA DOCENTE x DISCENTE

Elizabeth R. O. Pereira
Edicléa Mascarenhas Fernandes
Franklin José Pereira
Nathalia R. O. Habib Pereira
Victor R. O. Habib Pereira

DOI 10.22533/at.ed.34321180515

CAPÍTULO 16..... 177

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Aparecida de Oliveira Lage
Urbano da Silva Batista
Leidiane Chaves da Cruz
Valdeis Correa Baiense
Lúbia Mara Carvalho Costa Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.34321180516

CAPÍTULO 17..... 190

AVALIAÇÃO ESCOLAR PARA ALUNOS ESPECIAIS: IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS PEDAGÓGICOS

Anelise Kologeski

DOI 10.22533/at.ed.34321180517

CAPÍTULO 18..... 204

DESAFIOS E LIMITAÇÕES ÀS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL

Maria do Carmo Soares de Almeida
Susana Henriques

DOI 10.22533/at.ed.34321180518

CAPÍTULO 19.....	214
CONFEÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS ADAPTADOS SOBRE PROPRIEDADES ESPECÍFICAS DA MATÉRIA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
Aires da Conceição Silva	
Ana Paula Bernardo dos Santos	
Ana Paula Sodré da Silva Estevão	
Anne Caroline da Silva Rocha	
Matheus Silva de Oliveira	
Thamiris Pereira Cid	
Vanessa de Souza Nogueira Penco	
DOI 10.22533/at.ed.34321180519	
CAPÍTULO 20.....	233
DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA	
Gilca Janiele Pereira da Silva	
Mirian Nunes de Carvalho Nunes	
Tyla Mendes Ricci	
DOI 10.22533/at.ed.34321180520	
CAPÍTULO 21.....	244
DIÁLOGOS ENTRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E VIGOTSKI: A MEDIAÇÃO E O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ESTUDANTE COM SÍNDROME DE ASPERGER	
Rochele Karine Marques Garibaldi	
Gabriella Carvalho Motta	
Lavine Rocha Cardoso Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.34321180521	
CAPÍTULO 22.....	260
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO ALTERNATIVA À DOCTRINA DO CHOQUE	
Geziela Iensue	
Gabrielly Carvalho Alves	
Karoline Santana	
DOI 10.22533/at.ed.34321180522	
CAPÍTULO 23.....	273
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Karina Edilaini da Silva Barros	
DOI 10.22533/at.ed.34321180523	
CAPÍTULO 24.....	280
A "EX-POSIÇÃO" NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: A COOPERAÇÃO COMO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	
Nathalia Castro dos Santos	
Edmar Reis Thiengo	
DOI 10.22533/at.ed.34321180524	

CAPÍTULO 25.....	301
INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: OS DESAFIOS DESSA PRÁTICA	
Rosangela Teles Carminati Soares	
Andreia Nakamura Bondezan	
Eliane Pinto de Góes	
DOI 10.22533/at.ed.34321180525	
CAPÍTULO 26.....	314
INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM SÍNDROME DE <i>DOWN</i>: DESAFIOS, AVANÇOS E LEGISLAÇÃO	
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno	
Raqueline Castro de Sousa Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.34321180526	
CAPÍTULO 27.....	328
E VIVERAM FELIZES MATEMATICANDO COM O AUXÍLIO DO <i>MOUSEKEY</i> PARA SEMPRE...	
Leonice Elci Rehfeld Nuglisch	
Deise Maria Kaszewski Meneguello	
DOI 10.22533/at.ed.34321180527	
SOBRE OS ORGANIZADORES	334
ÍNDICE REMISSIVO.....	335

A "EX-POSIÇÃO" NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: A COOPERAÇÃO COMO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Data de aceite: 01/05/2021

Nathalia Castro dos Santos

Mestranda em Ciências, Tecnologia e Educação pelo Instituto Vale do Cricaré
São Mateus – ES

Edmar Reis Thiengo

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória – ES

RESUMO: Este artigo Científico sintetiza a dissertação que ouviu buscou ouvir as experiências de cinco intérpretes que atuam ou atuaram nas escolas regulares pela Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo (SEDU/ES) nos anos de 2015 a 2020, sendo um intérprete para cada ano em estudo. O problema da pesquisa se configura na seguinte pergunta: que relações são produzidas no envolvimento dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) no processo de produção de conhecimento de alunos surdos? Este trabalho se desenvolveu nas esteiras dos estudos foucaultianos, mais especificamente com *contraconduta* e *heterotopias*, e se constrói a partir dos repertórios teóricos de exposição em Masschelein e Simons (2014) e cooperação com Sennett (2012). A metodologia de pesquisa adotada é de natureza qualitativa e envolve a análise de entrevistas narrativas de TILS, por meio de perguntas norteadoras e à luz dos teóricos discutidos. Como conclusão,

os entrevistados apontaram as angústias que sentem por não ter um papel definido dentro da escola; que os editais precisam especificar suas atribuições, visto que tanto gestores quanto educadores cobram destes como se o aluno fosse de sua inteira responsabilidade, e ainda apontam a necessidade do trabalho em equipe. É nesse viés que buscamos como produto final elaborar um documento com registros que emergiram através das falas dos sujeitos entrevistados, com o objetivo de colaborar com possíveis melhorias no desenvolvimento de outros editais que tangem à contratação de TILS, tendo em vista que esses profissionais são os que vivenciam diariamente as tensões desse ofício.

PALAVRAS - CHAVE: Cooperação. Surdos. Tradutor/intérprete de Libras.

THE "EX-POSITION" IN DEAF EDUCATION: COOPERATION AS A KNOWLEDGE PRODUCTION PROCESS

ABSTRACT: This Scientific article synthesizes the dissertation he heard sought to hear the experiences of five interpreters who work or have worked in regular schools by the Secretary of Education of the State of Espírito Santo (SEDU / ES) in the years 2015 to 2020, being an interpreter for each year in study. The research problem is configured in the following question: what relations are produced in the involvement of Sign Language Translators and Interpreters (TILS) in the knowledge production process of deaf students? This work was developed in the wake of Foucauldian studies, more specifically with counter-conduct and heterotopias, and

is built on the theoretical repertoires of ex-position in Masschelein and Simons (2014) and cooperation with Sennett (2012). The research methodology adopted is of a qualitative nature and involves the analysis of TILS narrative interviews, through guiding questions and in the light of the theorists discussed. As a conclusion, the interviewees pointed out the anxieties they feel about not having a defined role within the school; that the notices need to specify their assignments, since both managers and educators charge them as if the student were their sole responsibility, and also point out the need for teamwork. It is in this bias that we seek as a final product to prepare a document with records that emerged through the speeches of the interviewed subjects, with the objective of collaborating with possible improvements in the development of other notices that relate to the hiring of TILS, bearing in mind that these professionals they are the ones who daily experience the tensions of this trade.

KEYWORDS: Cooperation. Deaf. Libras translator / interpreter.

1 | INTRODUÇÃO

A educação da pessoa público alvo da educação especial no Brasil passa por constantes turbulências e nesse percurso, muitas vezes caminha graças aos esforços de anônimos e suas iniciativas nos mais diversos recantos do país. Independente dessas iniciativas, as crianças e jovens estão sedentas por espaço na sala de aula, esperando encontrar um ambiente propício para a aquisição do conhecimento necessário para a sua caminhada. Da mesma forma, profissionais da educação que se importam e se dedicam a esse público, têm buscado alternativas para o desenvolvimento de um trabalho digno.

É nesse sentido que propôs-se realizar a presente pesquisa e, para tanto, a mesma norteou-se pela seguinte questão: como se dá a participação do TILS no processo de produção de conhecimento de alunos surdos?

Dado o problema, delineou-se o objetivo geral com vistas a problematizar a participação do TILS no processo de produção de conhecimento de alunos surdos. E a partir deste, desenvolveu-se os objetivos específicos: investigar sobre a legislação que regulamenta o trabalho do Tils; analisar como o trabalho dos TILS é realizado nas escolas a partir dos editais 2014 a 2019; problematizar o trabalho dos TILS com o processo de produção de conhecimentos dos alunos surdos e; elaborar um documento com registros que emergiram através das falas dos sujeitos entrevistados, com o objetivo de colaborar com as melhorias no desenvolvimento de outros editais que tangem a contratação de TILS.

Para tanto, foram entrevistados os TILSE que atuam ou já atuaram na área educacional pertencente à SEDU, sendo um para cada ano. A fim de ouvir o que eles estão pensando e falando sobre essa temática. Destaca-se o modelo dos editais da SEDU relacionados à profissão do intérprete no que tange aos pré-requisitos e as atribuições desse profissional, refletindo e suspeitando de como vem acontecendo o processo de inclusão e como estamos nos dobrando a essa discussão.

Essa pesquisa é relevante, pois urge discutirmos e refletirmos os pré-requisitos e

as atribuições do intérprete mediante a lógica dos editais já citados e como ocorre na prática a partir das experiências dos TILSE. Esse TILSE é colocado como um dispositivo de mediação entre o aluno surdo e com os alunos e professores ouvintes, já que aquele não compartilha com seus colegas e professores de uma língua comum. Decorro desse lugar, escolar, pedagógico e educacional, para trazer a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que nos deixa explícito as denominações e funções para o TILS: Intérprete de Língua de Sinais - Guia-intérprete; Intérprete de Libras; Intérprete educacional; Tradutor de Libras; Tradutor-intérprete de Libras. Vemos então seis tipos de TILS, dentre esses vemos o Intérprete educacional, que aqui nos referir como (TILSE), abreviação escolhida por Martins (2013) para nomear o tradutor e intérprete de língua de sinais educacional. Ou seja, um tipo específico, e acreditamos que devemos chamar a atenção sobre isso.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O delineamento dessa pesquisa, bem como os autores com que nos dispusemos a dialogar no transcórre desse trabalho, convidamos o leitor a inteirar-se dos conceitos norteadores que embasam essa pesquisa, sendo eles: ex-posição e cooperação. Aludimos que usaremos Olmo (2018) quando a autora aborda sobre matriz de experiência e heterotopia em Foucault (2013), para fazermos um paralelo com a inclusão. A autora desdobrou-se sobre o conceito de heterotopia para refletir se a escola bilíngue é ou não escola bilíngue pelo simples fato dela não ter acontecido da forma que foi projetada. Olmo utilizou o conceito-ferramenta de heterotopia que traz a noção de uma sobreposição de espaços outros, ou seja, um espaço real onde esse se sobrepõe a outro espaço que seria o ideal. Nas palavras da autora:

Nesse sentido, Foucault apresenta a noção de *heterotopia*, que é utilizada como ferramenta em minha pesquisa como uma sobreposição de espaços, onde, apesar de você fazer parte do sistema, de ser sujeitoado a este sistema e de fazer parte de seus jogos de verdades, há sim a possibilidade de, por meio de pequenas revoluções diárias - práticas outras - *insujeitar-se* ao contexto. Isso acontece no “entre-espaço”, quando se cria um *parêntese no tempo* e no *lugar onde se está* (OLMO, 2018, p. 28).

Sendo assim, Olmo (2018) nos faz refletir em sua pesquisa a respeito de que aquilo que foi projetado (no plano de cima) que não é isso que está aqui nesse plano de baixo, pois o que está no plano de baixo anda na contramão, não favorece o que foi projetado como, por exemplo, com indagações do tipo “eu não tenho material”, “eu não tenho as possibilidades que eu poderia ter para obter os resultados que eu gostaria de uma escola bilíngue”. E então a autora traz a seguinte indagação: não é possível?! Sim, é possível a partir do momento que se pensa que aquilo que foi idealizado é possível de ser realizado.

É nesse sentido que Foucault (2013) teoriza a respeito da projeção, em que o autor salienta a utopia como parte da heterotopia no sentido de que utopia é aquilo que se

projeta, se idealiza, pensa, que é melhorado, aperfeiçoado. Foucault (2013) traz a questão de que a utopia e a heterotopia estão entrelaçadas, e para compreendermos melhor esse entrelaçamento, trazemos aqui o exemplo de crianças brincando na cama dos pais, quando essas estão em cima da cama brincando, aquilo dali é uma cama, o espaço que elas estão utilizando é uma cama, que está dentro de um quarto, mas naquele momento que elas começam a brincar, elas idealizam, elas pensam que naquele espaço elas podem estar em um barco, a cama é o barco e fora da cama está o mar.

Lopes e Fabris (2013) juntamente com os pesquisadores do Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão (GEPI) propõem:

Nossa opção, juntamente com os pesquisadores do GEPI pelo uso do termo *in/exclusão* para caracterizar os acontecimentos presentes, se dá na possibilidade de entender a inclusão e a exclusão como *duas faces de Jano* (SARAIVA; LOPES, 2011) ou como duas faces de uma mesma moeda. Com tal termo, queremos marcar nosso tempo, construído dentro de uma grade de inteligibilidade (neo)liberal (LOPES; FABRIS, 2013, p. 76).

Quanto à opção do termo, reforçamos que *in/exclusão* alude uma mutualidade das palavras inclusão e exclusão, ao invés de uma disparidade "inclusão" X "exclusão", pois só existem incluídos, porque também há excluídos e vice-versa, ou seja, dois lados de uma mesma moeda.

Então, as políticas e as ações biopolíticas teriam feito desaparecer os excluídos? Se nos orientarmos por usos muito restritos para a palavra exclusão, como aquele que tem a sua existência ignorada pelo Estado, talvez sejam estatisticamente poucos os casos de excluídos no Brasil. Porém, se tomarmos a palavra exclusão, considerando variáveis que a recolocam no cenário político contemporâneo a partir dos direitos dos indivíduos ou da noção de direitos dos governados, veremos que muitos são os casos de *inclusão excludentes*, ou, como preferimos denominar no Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão (GEPI/UNISINOS) de *in/exclusão*. *In/excluídos* passa a ser um conceito que abrange tipos humanos diversos que vivem sob variadas condições, mas que carregam consigo uma história de discriminação negativa. Isso equivale a dizer que na atualidade há esforços de Estado para a diminuição dos excluídos, embora continuemos a apontar exclusões a partir da mobilização de outros conceitos. Entre os conceitos mobilizados está o de *in/exclusão*. Este surge para mostrar que, embora muitos estejam incluídos nas estatísticas e em alguns espaços físicos, boa parcela dos indivíduos ainda sofre com as práticas de inclusão excludentes. Dito de outra forma, muitos sofrem por estarem no interior dos grupos discriminados e impedidos/limitados de se relacionar ou ainda de participar das mesmas práticas dos grupos que integram (LOPES; FABRIS, 2013, p. 74).

Fazer tal relação com o tema a ser estudado nos parece ter deveras semelhança com nosso pensamento atual no que tange a inclusão. É nesse sentido que convidamos o leitor a não pensar a inclusão como algo que vai acontecer, que um dia todos nós seremos incluídos, mas pensarmos em questões como: o que estamos fazendo dela hoje, na

atualidade? Como estamos agindo frente a ela? Estamos fazendo as nossas contracondutas e atitudes, estamos pensando de outros modos, de tal modo a pensarmos o nosso próprio pensamento e suspeitarmos de nós mesmos? Como estamos agindo com os alunos da inclusão especial no presente? Como é a nossa postura com eles? Nossa ética e cuidado de si. Foucault (2014) traz esses conceitos, mostrando que cada um constitui a si mesmo. Sendo assim, a ética tem a ver com o modo como cada um é sujeito desta ética. Nesse caso, você cuida de si e logo cuida do outro.

Segundo Masschelein e Simons (2014, p. 34 e 35) [...] “se pôr no caminho, de ir ver e de falar por si próprio. Por vontade compreendemos essa volta sobre si do ser racional que se conhece como capaz de agir”.

Em segundo lugar, a potência da palavra, isto é, potência de tradução ou inteligência conforme Masschelein e Simons (2014). A nossa primeira preocupação é com o discente, se os surdos estão tendo as mesmas possibilidades linguísticas e psicossociais que o ouvinte tem ao conviver com seus pares linguísticos.

E em terceiro lugar, potência de pensamento, ou de reminiscência: “recordar a um sujeito pensante seu destino”, ainda de acordo com os autores mencionados acima, em que o intérprete pode recordar de sua trajetória, sua formação informal (por meio de experiências do dia-a-dia) e a formal, podendo refletir como isso desdobra na sua prática com o aluno surdo. O cuidado de si, para cuidar do outro.

Sennett (2012) aborda a cooperação como política de vida, e habilitá-la é trazer essa para compor o *ethos* do nosso trabalho, o qual emprega em seus estudos a cooperação, processo esse que autor estabelece uma forma de estudar e entender a cooperação social que ele mesmo define como uma troca em que as partes se beneficiam” (SENNETT, 2012, p. 15). E ainda “assim é que procurarei explorar a cooperação como uma habilidade. Ela requer a capacidade de entender e mostrar-se receptivo ao outro para agir em conjunto [...]” (SENNETT, 2012, p. 10).

É nesse sentido que exploraremos a política de cooperação dentro do ambiente escolar no que diz respeito à tradução dos conteúdos para o aluno surdo. Como vem acontecendo a relação de cooperação dos TILSE com o instrutor surdo, professor bilíngue e o professor regente? Iremos fazer tal investigação pelos Editais da SEDU-ES de habilitados nº 66/2014, 2015 (não houve edital para atuação em 2016. Renovação dos contratos do ano anterior e não habilitados), que versa:

Na atuação no CAS: Dominar Libras para realizar a interpretação das duas línguas (Libras-Português); Colocar-se como mediador da comunicação entre o aluno surdo e os ouvintes como forma de garantir a aprendizagem; Participar do planejamento e avaliação das atividades desenvolvidas com alunos com surdez, na perspectiva do trabalho colaborativo. E ainda atuar nas capacitações na área específica de atendimento e interação com as famílias. Na atuação em E.R.: Ter domínio da LIBRAS; Realizar a interpretação das duas línguas (Libras-Português); Colocar-se como mediador da comunicação

entre o aluno surdo e os ouvintes como forma de garantir a aprendizagem; Participar do planejamento e avaliação das atividades desenvolvidas com alunos com surdez, na perspectiva do trabalho colaborativo.

Trazemos os editais que mostram a atuação dos Tradutores Intérpretes. Editais nº 56/2016, nº 38/2017, nº 66/2018 e nº 42/2019 que apresentam as mesmas exigências sem nenhuma modificação:

Na atuação no CAS ou em E.R: São atribuições do Tradutor e Intérprete de LIBRAS: conscientizar de que ele não é o professor; ser o canal comunicativo entre o aluno surdo; manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação; interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sem alterar a informação.

Observamos que no ano de 2014 para atuação em 2015 e 2016 houve a preocupação de colocar o TILSE como mediador da comunicação entre o aluno surdo e os ouvintes como forma de garantir a aprendizagem desse, participando do planejamento, bem como das avaliações e atividades desenvolvidas com alunos com surdez, na perspectiva do trabalho colaborativo.

No edital de 2016 para atuação em 2017 em nenhum momento é colocada a sua atribuição de tradutor de participar dos processos com planejamentos que esse profissional precisa para fazer jus ao que está no edital "tradutor/intérprete" para não ter somente o processo de interpretação, mas de igual modo a tradução, e essa requer um trabalho de equipe, de fazer juntos.

O mais importante na cooperação intensa é o fato de exigir habilidade. Aristóteles definia a habilidade como *techné*, a técnica de fazer com que algo aconteça. Fazendo-o bem; o filósofo islâmico Ibn Khaldūn considerava a habilidade terreno específico dos artífices (SENNET, 2012, p. 17).

O trabalho do tradutor e intérprete de qual for a língua não pode acontecer no campo do automático, esse é um trabalho manual porque envolve línguas e culturas, sendo assim precisa conhecer as culturas envolvidas nessas duas línguas para que a língua alvo do surdo, nesse caso, não seja prejudicado em todo o processo.

Sobral apresenta:

Todo ato de tradução envolve uma atividade de leitura de um texto numa dada língua que difere da leitura de um profissional que, em vez de enunciá-lo para outros interlocutores, tem de reconstituir/ reconstruir/restituir o que lê em outra língua, e que portanto, tem de penetrar em dois universos de discurso e colocá-los entre o autor do texto, que se dirige a um dado público que conhece, e o público do texto traduzido, ao qual o autor pode dirigir-se diretamente (SOBRAL, 2008, p. 8).

Contudo, como pensar habilitá-la se temos um eu que não coopera? Para o autor, a decorrência desse fato vem de duas grandes forças que estão se moldando na nossa sociedade, sendo a desigualdade estrutural e as novas formas de trabalho. Ou seja, desde

aquele que tem fartura para se alimentar e o que não tem nada, bem como nas relações de trabalho como, por exemplo, estou acima de você, logo, você está abaixo de mim, por sua vez, essas desigualdades estruturais vão criando outras formas de trabalho em que aborda bastante a questão do trabalho em equipe, mas para o autor, parece que na verdade as pessoas são formadas para trabalhar com projetos específicos e acabam por muitas vezes não interagindo e não cooperando no processo como um todo.

Essas duas formas postas têm consequências psicológicas que a partir do autor:

Examinamos até aqui duas forças que debilitam a cooperação: a desigualdade estrutural e novas formas de trabalho. Essas forças sociais têm consequências psicológicas. Um claro perfil de caráter vem surgindo na sociedade moderna, aquela pessoa que se revela incapaz de gerir formas complexas e exigentes de envolvimento social e por tanto se retira. Perde a vontade de cooperar. Essa pessoa se transforma em um "eu que não coopera". O eu que não coopera está em um campo intermediário entre a psique e a sociedade. Uma das maneiras de esclarecer esse campo intermediário da psicologia social está no estabelecimento de uma distinção entre personalidade e caráter (SENNETT, 2012, p. 219).

Junto com esse perfil que vem surgindo, encontra-se a ansiedade. O autor aborda a ansiedade como uma possibilidade das pessoas se sentirem vivas para as mudanças diárias e se confrontarem. No entanto ele também aborda a ansiedade como uma questão de retirada, em que se resolve uma questão pontual, se sente aliviado, logo se retira e não tem o desejo de voltar mais aquele assunto e dialogar vendo os desdobramentos que isso causou.

Outro fator, por exemplo, é do tradutor e intérprete não ter formação específica em cada área das disciplinas escolares, sendo assim mais um motivo para esse profissional obter o PL juntamente com os professores de área. Outro fator que se levanta é: e quem iria interpretar para o surdo enquanto o intérprete estivesse planejando com o professor regente? Seria o caso de dois intérpretes, para um repor o outro? Essas indagações referentes ao trabalho desse profissional no espaço educacional só nos reforçam o pensamento do autor que diz: "quando o objetivo é apenas aliviar a ansiedade no trato com o outros, essas retiradas produzem, uma vez de esclarecimento, uma espécie de cegueira" (SENNETT, 2012, p. 224).

3 | METODOLOGIA

Foram feitas entrevistas narrativas com cinco intérpretes educacionais que atuam ou atuaram nas escolas regulares pela Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo (SEDU/ES) nos anos de 2015 a 2020, sendo um intérprete para cada ano. A fim de dialogarmos como funciona a sua atuação no espaço escolar, como os quefazeres atravessam a sua prática diária como intérpretes educacionais, o que os angustiam, como se julgam, pois a narrativa possibilita aos entrevistados falarem de si e se resignificarem

com o outro e a partir daí poderemos contestar aquilo que somos. Essas conversas foram gravadas e seguindo os preceitos éticos da pesquisa, os nomes dos sujeitos entrevistados foram fictícios e correspondendo à formalidade de pesquisas que envolvem gravações de entrevistas. Ressaltamos ainda que os nomes das escolas onde entrevistados atuam ou atuaram foram mantidos em sigilo.

O conteúdo das entrevistas tem como pergunta norteadora: como se dá a sua participação como TILS no processo de produção de conhecimento de alunos surdos? Como os quefazeres atravessam a sua prática diária como intérpretes educacionais, o que os angustiam, como se julgam? A partir dessa, outros questionamentos e diálogos foram desdobrados, sendo: como acontece diariamente o seu trabalho na escola com o aluno surdo a partir do Edital da Sedu no que tange as atribuições dos TILS? há um horário de planejamento para que o professor compartilhe com você previamente aos conteúdos ensinados em sala de aula? Há um horário de planejamento para que você compartilhe previamente com a equipe bilíngue como ocorrerá a didatização da interpretação dos conteúdos para o aluno surdo?

Além dos enunciados dos TILS, trazemos para o corpo da metodologia os documentos oficiais que criam e normatizam o trabalho do tradutor e intérprete de Libras. Sendo: decreto 5.626 /2005, Lei 12.319 /2010 (sendo nesses dispostos que o intérprete de Libras ganha um papel de evidência, sobretudo no âmbito educacional), CBO (2010) e os editais da SEDU no período de 2015 a 2020 com as atribuições dos intérpretes de Libras. A partir do decreto 5.626 /2005 a escola começou a se configurar para o acesso dos profissionais intérpretes.

O capítulo IV, inciso III, dispõe que as instituições de ensino assegurem:

a) professor de Libras ou instrutor de Libras; b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa; c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos (BRASIL, 2005, p. 44).

No Capítulo V da formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua portuguesa mostra a formação desse profissional, normatizando o que precisaria ter para comprovar sua proficiência.

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de: I - cursos de educação profissional; II - cursos de extensão universitária; e III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas

por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III (BRASIL, 2005, p. 5).

Concomitante a isso, a lei 12.319/2010, que dispõem da regulamentação da profissão de intérpretes, consta em sua atribuição que esse profissional precisa interpretar as atividades didático-pedagógicas de todos os processos pedagógicos.

Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares (BRASIL, 2010, p. 05).

Ainda sobre essa lei, é de suma importância refletirmos que essa profissão admite-se a formação somente por nível técnico. Parece-nos que tal disposto impede uma reflexão sobre o status de profissional com formação superior para atuar com a educação, com o ensino, como as outras profissões que lidam com o ensino dentro da escola.

Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III (BRASIL, 2010, p. 2-3).

Concernente às atribuições do Tradutor e Intérprete de LIBRAS e seus pré-requisitos, os Editais lançados pelo SEDU - ES de habilitados nº 66/2014, 2015 (não houve edital para atuação em 2016). Renovação dos contratos do ano anterior e não habilitados) e não habilitados nº 56/2016, nº 38/2017, nº 66/2018 e nº 42/2019.

Com exceção apenas do edital de 2014, observa-se que com o passar dos anos de 2017 a 2019, os editais continuam com as mesmas atribuições e pré-requisitos, retirando

desse profissional qualquer compromisso didático-pedagógico com o aluno surdo. Se o intérprete é a personificação do corpo surdo, e o que entende a sua língua dentro da sala de aula e está com o aluno surdo, porque retirar dele esse trabalho educativo? Parece que tais editais reforçam certos modos de subjetivação desses profissionais com falas do tipo "não sou obrigado (a) a planejar, a didatizar os conteúdos!".

Sobre isso Veiga-Neto apresenta:

É claro que, em todos esses casos, presume-se que *o sujeito desde sempre aí* não seja, automaticamente, um sujeito desde sempre soberano; ao contrário, o sujeito desde sempre aí é visto como objeto das influências do cenário externo - sociais, culturais, econômicas, educacionais - e bem por isso, facilmente manipulável. Aliás, são tais influências e manipulações que em geral são consideradas a fonte dos maiores problemas sociais, na medida em que elas trabalhariam encobrindo e naturalizando o seu próprio caráter manipulador, arbitrário e quase opressor. Tal encobrimento se daria no mundo das ideias, graças a um processo de representações distorcidas, cujo objetivo seria, justamente, fazer o sujeito acreditar que a opressão, a exclusão são e a incapacitação são naturais ou desígnios divinos, e não algo constituído socialmente. Assim, se quisermos que o *sujeito desde sempre aí cumpra* sua dimensão humana, devemos educá-lo, para que ele possa atingir ou construir sua própria autoconsciência, de modo a reverter aquelas representações distorcidas que o alienavam; só assim ele será capaz de se contrapor efetivamente à operação e à exclusão e, em consequência, conquistara sua soberania (VEIGA-NETO, 2011, p. 110).

Acreditamos que ao sentarmos com os intérpretes no momento da entrevista seja um momento de refletirmos a nossa prática, e o que está sendo atribuído a nós.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Seguindo os preceitos éticos da pesquisa, os nomes dos sujeitos entrevistados são fictícios e são identificados, arbitrariamente, pelas designações indicadas no quadro abaixo, para preservar suas identidades reais os seus nomes são fictícios e escolhidos a partir da Trilogia *Marvels Avengers* (Os Vingadores).

Nome Fictício	Função dos Sujeitos e Ano da Entrevista
Gamora	Tradutora e Intérprete de Libras (2020)
Valquíria	Tradutora e Intérprete de Libras (2020)
Vespa	Tradutora e Intérprete de Libras (2020)
Visão	Tradutor e Intérprete de Libras (2020)
Viúva Negra	Tradutora e Intérprete de Libras (2020)

Quadro 1 – Identificação dos sujeitos entrevistados para a pesquisa.

Fonte: Elaboração da autora.

Para fim de análise, agrupamos as falas dos nossos entrevistados que ressaltam suas inquietações no que se refere ao desempenho de suas funções na instituição em que trabalham. No que tange a falta de horário específico de planejamento com o professor regente e a equipe bilíngue para acesso anteriormente aos conteúdos que serão ministrados em aula para uma melhor didatização da sinalização, apontam os nossos entrevistados:

O planejamento não existe para o tradutor intérprete. Deveria ter, porque o tradutor intérprete não é formado em história, geografia, química... então é muito importante esse planejamento com o regente. Com o professor bilíngue também não existe, que deveria ter também, porque quem fica com o aluno é o tradutor intérprete. Então, ele vai saber as dificuldades que o aluno tem no seu dia a dia (VIÚVA NEGRA).

Então vamos lá, é bem superficial pela instituição, primeiro que você não planeja junto com os professores. Então, como que você vai ter uma participação tão efetiva? Não, há! Outra, quando você olha para o edital onde ele fala que você só é um mediador, só vai fazer a mediação em sala de aula, daí te tira um planejamento te tira a possibilidade de trabalhar melhor com aluno e com o professor, em que você conhece e planeja. Acontece que às vezes o horário que o bilíngue e que o professor surdo atenda no horário que você trabalha aí você procurando para conversar, porque é necessário essa conversa, mas ter mesmo esse momento, não tem. Quando tem tempo sempre pergunto. Às vezes quando o próprio aluno falta é uma oportunidade de sentar com os professores que estão naquele dia de planejamento de sentar de perguntar às vezes algo que ficou para trás, de entender o que ele quis passar para depois tentar passar de uma forma atrasada vamos dizer assim... Mas ter, não tem. Tem que correr atrás mesmo (GAMORRA).

Na verdade, assim, uma das problemáticas dessa questão do planejamento com o professor e agora com a equipe bilíngue que é preconizada pelo edital para atender esse aluno surdo é incompatibilidade de horário. Temos um problema muito sério. Por exemplo, o aluno vai estar com a equipe bilíngue em outro horário. E o problema é que se não houve um planejamento da equipe pedagógica da escola junto ao professor e depois repassado para equipe bilíngue incluindo o tradutor intérprete e o instrutor, A prática diária acaba sendo igual maneira também bem complicada. Porque o tradutor e intérprete em base no edital, ele tem o seu tempo de 25 horas com um determinado aluno, mas isso acaba sendo pouco e muito ao mesmo tempo. Pouco, porque você não consegue atender na sua capacidade e muito porque você acaba não conseguindo planejar e daí quando entramos na parte de angústia é um pouco isso, porque é difícil conseguirmos contato com os professores, por exemplo, principalmente no meu caso que é um aluno de Ensino Médio, porque são vários professores. Então essa necessidade dos fazeres e como acontece infelizmente ainda tem como criar uma rotina, exemplo, hoje vou fazer isso, não tem como, porque também tem uma necessidade muito grande de um planejamento prévio com os professores e infelizmente ele não acontece, quicá que chegar algum material com antecedência. Às vezes, isso também compromete a prática diária, porque o material chega de última hora e o tradutor intérprete, por mais que ele tenha as suas formações superiores, seus cursos, mais o próprio edital rege que é um contrato de nível médio,

então é muito complicado você dominar todas as áreas do conhecimento e até mesmo não ter esse material antecipadamente (VISÃO).

Planejamento para intérprete de Libras é um sonho. É um sonho que não está garantido, aliás, é uma necessidade que, não é garantida. Eu nunca tive esse momento de planejamento como intérprete de Libras, para falar que eu nunca tive, uma época eu atuei no ensino médio, aconteceu uma situação que, não é comum, foi uma situação pontual da escola e que foi temporária. Aconteceu que a escola tinha muitos surdos e houve a necessidade de juntar duas turmas, então nas duas turmas tinham surdos, como era uma coisa temporária, não valia a pena dispensar o intérprete, porque depois daquela sala iria se dividir de novo. Então, nós ficamos por um período determinado em dois intérpretes na sala de aula e aí nesse período eu conseguia fazer o planejamento, porque entramos em um consenso de dividir as disciplinas, você vai interpretar as disciplinas “X”, “Y, e “Z” e eu vou interpretar “W” e “H”, eu tinha as disciplinas específicas que eu iria interpretar. Então quando não tinha aulas dessas disciplinas, eu tinha oportunidades de estar planejando, oportunidade de procurar o professor de ver a matéria o conteúdo antes que iria ser dado. Eu tinha oportunidade de ir atrás do professor bilíngue para conversar sobre as necessidades do aluno, sobre as dificuldades que ele estava apresentando em sala. Aí eu tinha, sim esse tempo nesse período que para mim foi maravilhoso! Para mim foi um trabalho ideal, porque eu podia ler sobre o conteúdo, sobre a matéria, eu podia procurar o professor, porque isso, não acontece. **Não existe esse momento, eu que corria atrás para ter o planejamento, era totalmente por minha conta. Com o professor bilíngue e o instrutor surdo, era a mesma coisa. Não tinha planejamento com eles, só nos momentos que dava, que eu ia lá, abria mão do intervalo do recreio para poder ir lá na sala e ter um momento com esses profissionais. É muito importante, só que essa troca também, não é garantido no horário de trabalho, nós que acabamos por dar uma fugida e pedir um favor para o professor(a), falar que vai precisar rapidinho resolver isso, você vai precisar falar alguma coisa importante, algum recado importante, para eu traduzir. É muito complicado são situações que passamos e que precisamos estar o tempo todo negociando para conseguir fazer um bom trabalho [...]** eu já passei por situações de eu pedir explicação do professor na hora do intervalo e o professor não querer dar, porque estava no horário do intervalo dele. Nós passamos por “N’s” dificuldades que são angustiantes na nossa atuação, porque nós entendemos a seriedade desse processo e sabemos da nossa responsabilidade e, pois isso, queremos fazer o melhor para que alcancemos o resultado. Só que, não depende cem por cento de nós. **Então, ideal para mim, seria ter pelo menos dois intérpretes por turma, porque poderia fazer essa divisão de disciplinas.** O intérprete teria um tempo para se preparar para estudar, escolher as estratégias (VESPA) [grifos nossos],

Então, é de suma importância o intérprete ter esse momento de planejamento. Nem que seja uma hora com cada área para sentar e planejar. Porque o intérprete fica totalmente deslocado dentro da escola buscando informações. A gente não sabe nem a aula que o professor preparou, porque não temos PL. Então, o PL é crucial, pois às vezes o professor vai usar termos que eu não conheço, e eu vou poder estudar com antecedência. Posso me preparar

melhor, a qualidade dos meus sinais e interpretação na minha escolha tradutória. **Então, eu acho de suma importância o intérprete ter o PL. Agora, não sei como e Estado organizaria isso. Dois intérpretes? Não sei! Por exemplo, nos IFES tem dois intérpretes na sala de aula. Então, talvez seja uma proposta, porque a gente fala dos problemas, mas tem que trazer a solução também né?! Nós não temos tempo para realizarmos o planejamento com o professor regente, professor bilíngue e instrutor surdo. Esses momentos ocorrem no café. Você está ali tomando um café e corre atrás do professor. Vamos aproveitando as oportunidades naquele momento antes de bater o sinal e ficar pensando em estratégias para atender o seu aluno (VALQUÍRIA) [grifos nossos].**

Chamamos a atenção das intérpretes Gamora e Vespa, que estavam inclusas em um edital que tinha a atribuição de estarem presente participando do planejamento. No entanto, relatam que isso não acontecia. Observamos acima, é unânime o clamor dos TILSE por planejamento. Todos relatam que precisam e que há desencontros de horários com professores regentes e equipe bilíngue. São esses que correm atrás para tentarem saber com antecedência do conteúdo e ser sinalizado da melhor forma possível.

No que tange às falas dos intérpretes sobre a necessidade do planejamento, tendo em vista que não são formados em todas as disciplinas, para uma melhor didatização da sinalização dos conteúdos, dialogamos com Saviani (2008) quando o autor aponta que todo trabalho realizado na escola tem uma intencionalidade. Esta, para ser alcançada, depende de uma organização planejada das ações.

Percebemos alguns obstáculos. Um deles é incompatibilidade de horários, já que esse profissional precisa estar em todas as aulas com o aluno surdo, desse modo, não tem horário disponível para planejar com os professores regentes, bilíngue e instrutor surdo. Um possível planejamento que ocorre é por conta deles, e que na maioria das vezes não ocorre de maneira tranquila.

Outro fato que queremos chamar atenção é das intérpretes Vespa e Valquíria sugeriram uma possibilidade de planejamento para o trabalho de interpretação das aulas. Talvez dois intérpretes e dividir entre eles as disciplinas. Vespa, disse que isso aconteceu uma vez e que o retorno foi positivo. Acreditamos que precisamos de formações e reuniões para escutar esses profissionais, o que eles têm a dizer, e não se retirar, como já vimos em Sennett (2012), mas, sim cooperar com esses.

De acordo com Nogueira (et al., 2016, p. 85-86),

Gabrian e Williams (2005) também mencionam a importância da troca de turnos entre os intérpretes em um intervalo de aproximadamente 20 minutos, mas ressaltam que essa não é uma realidade encontrada na área. Os autores ainda afirmam que esse trabalho em equipe acontece para que os intérpretes possam também apoiar um ao outro, não apenas para pedir a opinião do colega quanto à interpretação ou a sugestão de uma estratégia, mas para que, quando a capacidade cognitiva estiver saturada, exista a possibilidade de outro colega assumir a interpretação. Em relação ao revezamento, Napier, McKee e Goswell, (2006) expõem que estudos indicam que entre 20 e 25

minutos é o período adequado para a concentração do intérprete, depois desse tempo, iniciasse um processo de fadiga que pode afetar a produção da mensagem, portanto, geralmente a troca de turno pelos ILSs e os de língua oral é a cada 20 ou 30 minutos. Assim, entendemos, de forma geral, que a presença de uma equipe conta com no mínimo duas pessoas, que atuam em conjunto, a fim de que exista o revezamento na produção da interpretação, pois sabemos que a interpretação quando realizada por longos períodos, torna-se física e 86 mentalmente exaustiva. Além de contribuir para evitar o cansaço físico, existe a possibilidade de ter o auxílio desse colega, qualificando o processo interpretativo, apoiando a produção do discurso.

Desse modo, nos parece que essa exaustão mental e física, pode acarretar em prejuízos para o aluno surdo, que está recebendo a mensagem. Sennett (2012) alude à questão do fazer, essa parece ser mais criativa, pelo fato de começar do zero. No entanto o autor chama a atenção para a importância do consertar, ou seja, podemos tentar consertar algo que já está pronto, podemos tentar concertar as relações de igual modo.

A habilidade técnica se apresenta em duas formas básicas: fazer e consertar coisas. O fazer pode parecer a atividade mais criativa, e o concerto, como um trabalho menor, a posteriori. Na verdade, as diferenças entre os dois não são tão grandes. O escritor criativo geralmente tem de editar, concertando esboços anteriores; um electricista pode às vezes descobrir, ao consertar uma máquina quebrada, novas ideias sobre o seu funcionamento (SENNETT, 2012, p. 241).

O autor fala do ritmo e do ritual. O ritmo se caracteriza por aquele que está chegando, aprendendo. Já o ritual configura quem está no processo há um tempo, que sabe as regras e como funciona. Comparamos aqui as políticas públicas dentro do consertar e do ritmo, pois pode consertar algo que já está feito, ou seja, trazer melhorias, pensar em outros modos de possíveis mudanças ouvindo o outro e não começar do zero. E de igual modo, no seu ritmo, que não é igual ao de quem está na área que sabe como funciona, mas que pode desenvolver, sim no seu ritmo, promovendo políticas públicas para atender essas demandas dos alunos, bem como desse profissional TILSE. Uma experiência disso foi o edital nº30/2020 para exercício em 2021, que, devido a pandemia do covid-19, ocorreu a primordialidade dos TILSE interpretarem as *lives*. Instalou-se o ritmo no edital para que no dia a dia desse profissional se tornar um ritual.

E sobre a relação entre ritmo e ritual, Sennet (2012, p. 245) apresenta:

O ritmo do desenvolvimento de aptidões transforma-se em um ritual quando praticado repetidas vezes. Diante de um novo problema ou desafio, o técnico integra uma reação, para em seguida pensar a respeito e reintegrar o resultado desse pensamento; diferentes reações seguem o mesmo caminho preenchendo o coldre do técnico; com o tempo, o técnico aprenderá de que maneira imprimir caráter individual a uma forma-tipo que serve de guia. Muitos artesãos falam casualmente dos “rituais da oficina”, e em minha opinião são esses ritmos que estão por trás dessa expressão.

Quando questionados, como acontece diariamente o trabalho na escola com o aluno surdo a partir do Edital da Sedu no que tange as atribuições dos TILSE, unanimemente esses relatam suas angústias e narram que as atribuições que precisam desenvolver com os alunos surdos não estão previstas nesse documento, entretanto, esses, por sua vez, mostram terem atitudes de resistência.

Eu me sinto muito angustiada pelo fato da responsabilidade de ter de ensinar, porque essa não é minha função. A minha função é traduzir é ser uma ponte que liga o aluno ao professor, mas eu acabo ensinando.

Eu acabo que sendo o professor daquela criança, do sujeito surdo. Porque muitas das vezes, a responsabilidade fica com o tradutor e intérprete. O aluno fica meio que esquecido ali. Então, acredito que é um sentimento de todos os profissionais. Acabam realizando essa função, pega essa responsabilidade para que aquela criança, não seja abandonada. Mas para que ela se desenvolva enquanto sujeito (VIÚVA NEGRA) [grifos nossos].

Acabamos que fazemos atribuição do docente. Nós, intérpretes temos essa preocupação se o aluno entendeu ou não.

Quando chega na avaliação, às vezes, o professor, não está preocupado no processo e como demorou, ou como aconteceu, o professor precisa saber na avaliação, até mesmo para fins documentais se esse aluno, alcançou determinado conteúdo. Agora, como ele alcançou? É até uma covardia com o docente fazer com que ele se apegue unicamente e exclusivamente ao único aluno. **Mas seria necessário então só esse olhar, a empatia de chegar no aluno, no tradutor intérprete e perguntar se precisa de alguma coisa.** Que seja fonte de onde ele pegou o conteúdo, para que previamente o tradutor possa ver. Mas no dia-a-dia não é comum que tenhamos escolas com essa atitude de fornecer o conteúdo anteriormente. Pelo menos as redes que trabalhei não teve, e acredito que sejam poucas (VISÃO) [grifos nossos].

Por exemplo, o primeiro surdo que eu trabalhei era um surdo que não tinha uma língua, não tinha língua de sinais, não oralizava, ele usava poucos gestos e foi um desafio muito grande, porque ele ficava na sala de aula e a professora dava várias folhas assim para ele pintar, desenhar e colorir ele, não participava do processo e nenhum momento, ele só tinha noção da hora da merenda, hora de ir embora, era isso que ele sabia que ia fazer na escola, merendar, brincar e depois ir embora. **Faltava muito diálogo. Nessa minha experiência eu fiz trabalho de tradutor intérprete, instrutor de Libras, pedagoga, coordenadora, enfim, porque ele, não tinha relação nenhuma com as outras pessoas na escola nem mesmo com professor regente da sala de aula. E quando eu cheguei na escola parece que foi assim: toma ele é a sua responsabilidade! Parece que é assim: graças a Deus chegou um profissional que vai se responsabilizar por ele.** Foi assim que eu vi. Então, até eu começar a trabalhar e colocar ordem e mostrar qual era minha função, e que cada um tinha sua função dentro da escola isso, demorou tempo. A diretora da escola era muito boa e como ele faltava muito, nós íamos na casa dele, para buscar ele para ir para escola, ir para aula, mostrar para família que ele, não podia ficar sem ir a escola. Então tudo que eu fiz, não era o meu papel, mas se eu pensasse "se não está no edital que eu tenho que ir e pegar o aluno na casa dele e realmente isso, não está certo, mas fez parte

desse processo, porque ele, não tinha noção da importância da escola. Ele não tinha noção que ele tinha que ficar dentro da sala de aula, porque por vezes a professora o deixava sair, da voltinha na escola. Então, olha só, ele precisou ser educado para entender o que era aquele ambiente, que era um ambiente escolar que tem ordem, hora para ir ao banheiro, da merenda, de brincar, que precisava copiar matéria no quadro que ele, não gostava de copiar tinha preguiça, porque ele nunca tinha feito isso até então. Ele ficava na escola a professora dava alguma atividade para ele, mas estava livre na escola que ninguém entendia o que ele falava. Foi um processo que eu cresci muito como profissional e que eu comecei a perceber esses desafios, que o tradutor intérprete educacional de Libras tem. Comecei a ver que só os cursos de tradutor e intérprete que eu tinha feito até então, não iriam dar conta da minha responsabilidade ali. **Por mais que eu tivesse consciência que aquilo tudo, não era tudo minha responsabilidade, mas também, não é assim que eu vou tirar o meu corpo fora, e vou fazer só que eu tenho que fazer. Como pessoa isso para mim é inadmissível, se eu era o único canal entre aquele aluno e os profissionais, eu tinha que fazer o meu papel [...] mas eu penso assim, era o que eu tinha que ter feito e graças a Deus, teve resultado positivos para a socialização, para mim eu chamo de humanização daquele indivíduo.** Para mim, seria muito cômodo cumprir o meu horário e ir embora já que o aluno faltou. Mas no processo de ensino e aprendizagem isso é um prejuízo muito grande o aluno estar faltando aula. É, claro que não é minha responsabilidade na casa dele pegar ele, mas eu preciso informar isso, preciso de certa forma cobrar isso de quem é responsabilidade, que é minha função, sim. **O intérprete educacional está envolvido nesse processo (VESPA) [grifos nossos].**

A nossa função, como está no edital é só interpretar, mas nós não somos um pedaço de madeira, de gelo, nós estamos tratando com ser humano que está em processo de formação. E nós que temos uma formação acadêmica e principalmente a de pedagogia, nós não conseguimos ver um ser humano que está no processo de educação e não fazer nada por ele, entendeu?! É aquela questão, nós que corremos atrás do professor, nós que corremos atrás para que aquele aluno seja incluído naquela sala. Para que ele tenha acessibilidade ao conteúdo que está sendo passado para os seus colegas ouvintes, porém, adaptado. **E nesse processo é sempre eu que corro atrás.** Por exemplo, o professor de Português trabalha um texto de romantismo com varias metáforas, e pede que o surdo leia. Parece que é difícil para o professor, entender que ele precisa me passar com antecedência. **Eles pensam que se falar “A, B” em português, em Libras faço também “A, B” e não é. E parece que os professores tem dificuldade de entender isso. A estrutura linguística é totalmente diferente. Em química, biologia... Cada termo que Jesus, amado! E às vezes entregamos uma interpretação e sinalização ruim, porque não teve planejamento.** Algo tão simples de resolver. **Por isso, que o planejamento é de suma importância e não é uma atribuição do intérprete educacional (VALQUÍRIA) [grifos nossos].**

De igual modo, as narrativas mostram atitudes de cooperação e o desejo de consertar algo que já está posto, conceitos esses teorizados por Sennett (2012) nesse trabalho. A dedicação dos TILSE mostra a responsabilidade e preocupação para com o aluno. Nogueira (2018) aborda o intérprete com ações heterotópicas ao problematizar

esses profissionais nesses espaços e condições que conduzem suas práticas para além de algo pronto e posto por outros. Ou seja, os intérpretes fazem ações, que muitas das vezes não lhe competem, pois não são descritas claramente. Os intérpretes aqui entrevistados, de igual modo, desenvolvem muitas ações no local de trabalho, mesmo sem condições para que o ensino do aluno surdo aconteça.

Outro fator de inquietação que esteve bastante latente nas falas dos TILSE foi a necessidade que apontaram de terem formações e reuniões para escutar o que eles têm a dizer a respeito das tensões de suas práticas. Pois nos relatam que muitas vezes desempenham atribuições para além das que estão previstas nos editais requerendo assim políticas públicas e ações do Estado e Governo para regulamentarem o exercício de seu trabalho.

Seguem as falas:

O que está no edital, não acontece. O intérprete nunca é só o tradutor, como eu falei, ele acabe ensinando. A gestão os professores, não sabem a função do tradutor intérprete. Tem um edital que fala sobre isso, porém, na realidade é outra coisa e não tem como também o profissional ele, só ser um tradutor intérprete. Não, não, pela minha experiência nas escolas onde passei, até mesmo a questão do surdo ser fluente né?! **Eu acho que o edital precisa ser melhorado, eu acho que já sei de cor o que está no edital, se você for achar nos mais antigos, eu acho que vai está da mesma forma,** mas enfim, nós não vivemos o que está escrito no edital. Então, precisa, sim que **os órgãos públicos precisam ter um olhar especial, um olhar diferenciado para essa função** (VIÚVA NEGRA) [grifos nossos].

Esse edital é um edital de pura Utopia. Tá tudo perfeito é o sistema perfeito e ele, não é. Tem muitas e muitas e muitas falhas. Você olha vê quem fez, é quem realmente está lá em cima e não tem esse contato com a base, porque quem tem contato, sabe que **está fora totalmente da realidade.** Precisa pelo menos uma pessoa nessa equipe, que eu acredito que seja um grupo, não sei quem elabora, mas precisa ter alguém ou um grupo de referência, hoje é tão mais fácil, nó temos o Google Docs. Pesquisa, manda e envia e não precisa às vezes estar aí tão presencial como antes, hoje a tecnologia nos ajudou muito nesse sentido. **E nos ouvir, o que precisa, para que precisa.** Por exemplo, no fundamental, ouvir os tradutores, sua experiência. Acredito que precisa ter os embasamentos. Não adianta eu falar, precisa trazer alguém que vai assinar embaixo. Porque **toda teoria vem de uma prática e toda prática vem de uma teoria.** E aí a mudança tem que ser de cima para baixo e também a união da categoria, porque a partir do momento que a categoria também se unir, haverá uma mudança nem que seja mínima, mas a haverá essa mudança onde os nossos superiores, **o nosso Governo, vai observar que é necessário mudar que precisa rever esse edital** (GAMORRA) [grifos nossos].

Esses editais precisavam de alguma forma serem revistos. Tanto na formação do tradutor intérprete, não apenas como nível médio e também nas atribuições. E até muitas das vezes consoantes as demais atribuições

dos professores para que seja respeitado esse momento de planejamento junto ao tradutor e intérprete. Quando você tem um aluno surdo na turma (VISÃO). [grifos nossos].

Primeira coisa em relação ao edital. O edital é um documento que rege as competências do profissional, **porém é necessário que ele seja reformulado de forma a ter um olhar diferenciado para esse profissional.** Porque ele traz termos gerais, mas esquece dos específicos, ou seja, **estamos tratando de um profissional que vai atuar num determinado ambiente diferente.** Então a gente entende que o profissional tradutor intérprete, não é o professor isso é importante estar claro como está no edital. Reconhecemos que ele é o canal de comunicação, reconhecemos que ele precisa ser imparcial, não pode alterar informação, reconhecemos tudo isso, só que todos esses termos para mim, são muito gerais. **Precisamos especificar esse intérprete educacional, porque ele tem atribuições muito específicas da área que ele vai atuar, e isso, não traz no edital.** E aí acaba causando certa confusão, onde que é o limite. Até onde que eu posso ir, até onde que eu, não posso ir, e acaba gerando um julgamento entre profissionais. Aí eu, não faço isso, eu, não acho certo. Ah, mas eu acho certo fazer. Então, precisa ser definido um limite, para sabermos até onde ele vai, até onde que ele que pode ir e até onde que ele, não deve ir (VESPA) [grifos nossos].

A minha formação é em Pedagogia, mas nós sabemos que muitos não têm formação pedagógica para saber o que é didática, plano de aula o objetivo que se quer atingir. E infelizmente muitas das vezes, esses seguem o edital. Entrou em sala interpretou fielmente, mas será que o aluno entendeu? Será que gerou um processo de conhecimento nesse aluno. **Eu acho que esse edital tem que mudar! Como diz o ditado: “pra ontem!” Ele está muito desatualizado.** Nós não somos intérpretes de conferência, que interpreta e vai embora. Temos uma relação pedagógica com esse aluno todos os dias (VALQUÍRIA) [grifos nossos].

Entendemos que quando os entrevistados ressaltam em suas falas a necessidade de especificações concernentes às atribuições dos TILSE nos editais, entendemos que tais especificações tratam-se dos ritmos, e não que esses serão a salvação de seu ofício, porém é necessário a prática de anos para que se obtenham um ritual em seu trabalho. Um exemplo disso seria o edital Nº 30/2020 para a atuação em 2021 que por conta da pandemia da Covid-19 houve-se a necessidade de que os TILSE interpretassem *lives* no ano de 2020, no entanto não constava no edital do ano anterior essa atribuição e por conta disso alguns desses profissionais poderiam se recusar em realizá-las, fez-se a necessidade de acrescentar atribuições, para que essas no dia a dia tornem-se ritmo para que se estabeleça um ritual.

Como observado nas falas apresentadas pelos TILSE, eles entendem que não são os professores, mas que estão inseridos nesse processo educacional, e por isso, entendem que tem responsabilidade, sim nesse processo educacional com o aluno surdo.

Sobre a questão de teoria e prática para o tradutor intérprete, Sobral salienta:

A questão da relação entre teoria e prática é de sua importância na atividade profissional do tradutor é abordada em primeiro lugar tendo em vista que assim como não se pode entender uma prática apenas a partir de alguma teoria, tendo-se igualmente de observar essa prática e suas especificidades, também não se pode prescindir de uma teorização para entender a prática: teoria e prática devem vir juntas, como em todas as atividades [...] Considero extremamente necessário que o tradutor tenha sempre em mente essas relações, já que elas estão presentes em todos os aspectos de sua vida profissional (SOBRAL, 2008, p. 13).

Ao dialogarmos com essas vozes locais, como proposto em Foucault (2013), estamos longe de ambicionar apresentar respostas prontas, mas outros possíveis diálogos acerca da inclusão desse profissional na Instituição pesquisada. Por isso, trouxemos em nossa pesquisa algumas palavras e conceitos relacionados com o que pensamos ser possibilidades a respeito da inclusão vista pela perspectiva desses profissionais (vozes locais).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta apresentada por este trabalho, que foi motivada a partir de sua problematização – como se dá a participação do TILS no processo de produção de conhecimento de alunos surdos? -, é que nos debruçamos, a partir das entrevistas narrativas dos sujeitos envolvidos na pesquisa em como esses participam da produção de conhecimento no que tange à tradução e interpretação dos conteúdos didáticos para a língua dos alunos surdos, no caso, a Libras, mediante os editais da SEDU aqui especificados.

Deste modo, em virtude da proposta de problematizar a participação do Tradutor e Intérprete de Libras no processo de produção de conhecimento de alunos surdos, partiu-se, inicialmente, para a investigação acerca da legislação que regulamenta o trabalho do Tradutor e Intérprete de Libras, destacando-se a discussão teórica constante na literatura afim.

Na sequência dos estudos, foi realizada a análise do processo de trabalho dos TILS nas escolas estaduais capixabas, com a publicação dos editais dos anos de 2014 a 2019 e, a partir daí, também levantar alguns pontos de problematização do trabalho destes profissionais dentro do processo de produção de conhecimento dos alunos surdos. Aqui foram ouvidos os sujeitos da pesquisa, com entrevistas feitas com TILSE que atuam ou já atuaram na área educacional pertencente à SEDU, sendo um TILSE para cada ano de edital. Tal audição foi de extrema importância, pois desvelou pontos importantes de aquiescência e de atrito com os requisitos e atribuições postos nos editais de contratação da SEDU relacionados aos TILSE.

De posse de dados coletados nos documentos e nas entrevistas concedidas pelos sujeitos alvo da pesquisa, passou-se a apresentação e discussão dos resultados, fazendo diálogo da prática com os aportes teóricos estudados. No sequenciamento das ações,

partiu-se para a elaboração do Produto Educacional, constante de propostas colaborativas para a melhoria do trabalho dos TILSE, a fim de que, desde o conteúdo que reza o texto dos editais, até as ações do cotidiano escolar destes profissionais, estejam coadunados para um efetivo desempenho da função.

É relevante destacar que o TILSE é um profissional de importância ímpar, tendo em vista a sua mediação entre o aluno surdo e os alunos e professores ouvintes. Assim, entende-se que ele deve ter acesso aos conteúdos com antecedência disponibilizados pelo professor regente da disciplina, a fim de, em um processo de cooperação com o professor bilingue e o instrutor surdo, didatizar a sinalização desses conteúdos para o aluno surdo em sua língua de modalidade visual-espacial.

Há bastante o que se pensar e discutir no que tange às muitas possibilidades de desmembramentos para a pesquisa em questão. Aponta-se que é urgente a necessidade de aprofundar-se no campo da educação desse profissional pelo viés da sua formação e do seu labor, com novos olhares surgidos na contemporaneidade, com cooperação e o fazer e o produzir juntos. Futuras pesquisas podem aprofundar o assunto, pontuando-se aspectos pertinentes, a partir de um ouvir mais próximo daqueles que estão no chão da escola, partilhando das inquietudes do cotidiano educacional de uma escola regular composta por múltiplos sujeitos em que os surdos e os TILSE estão envolvidos nessa trama escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. **Decreto Nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.319**, de 01 de setembro de 2010. Brasília, 02 set. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 8 Ago. 2019.

FOUCAULT, M. **O corpo utópico e as heterotopias**. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

LOPES, M. C.; FABRIS, E. H. **Inclusão e educação**. B. Horizonte: Autêntica, 2013.

MARTINS, V. R. O. **Posição-mestre: desdobramentos foucaultianos sobre a relação de ensino do intérprete de língua de sinais educacional**. 2013. Tese de Doutorado. UNICAMP.

MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M. **A pedagogia, a democracia, a escola**. B. Horizonte: Autentica, 2014.

NOGUEIRA, F. dos S. **Intérprete educacional cosmopolita: práticas heterotípicas na relação com a comunidade surda**. Dissertação de Mestrado. Vitória: UFES, 2018.

NOGUEIRA, T. C. et al. **Intérpretes de libras-português no contexto de conferência**: uma descrição do trabalho em equipe e as formas de apoio na cabine. Vitória: UFES, 2016.

OLMO, K. G. B. **Educação bilíngue em diário**: políticas e práticas constituídas na educação dos surdos no município de Linhares, no Estado do Espírito Santo. Dissertação de Mestrado. Vitória: UFES, 2018.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. rev. São Paulo: Autores Associados, 2008.

SENNETT, R. **Juntos**: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SOBRAL, A. U. **Dizer o “mesmo” a outros**: ensaios sobre tradução. São Paulo: SBS Ed. Especial Book Services, 2008.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação**. São Paulo: Autêntica Editora, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alunos 6, 7, 8, 9, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 34, 49, 51, 52, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 93, 94, 96, 100, 104, 105, 106, 107, 109, 113, 114, 117, 118, 119, 123, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 140, 141, 157, 158, 159, 160, 163, 170, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 259, 273, 274, 275, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 287, 293, 294, 298, 299, 301, 302, 303, 309, 310, 311, 312, 318, 320, 321, 322, 323, 324, 326

Avaliação 6, 8, 4, 7, 10, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 49, 51, 103, 119, 120, 121, 123, 146, 153, 155, 159, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 205, 207, 215, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 239, 252, 275, 284, 285, 294, 304, 308

Avaliação Diagnóstica 8, 4, 177, 179, 183, 184, 185, 187

Avaliação Escolar 8, 15, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 27, 189, 190, 191

C

Currículo 20, 23, 27, 46, 47, 56, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 104, 106, 111, 182, 183, 189, 192, 194, 196, 197, 202, 208, 211, 217, 274, 309, 310, 320, 321, 324, 325, 326

D

Deficiência Intelectual 7, 83, 114, 125, 127, 129, 202, 244, 303

Desigualdades Educacionais 9, 233, 238

Diferença 6, 11, 19, 23, 25, 27, 28, 32, 37, 38, 57, 118, 173, 179, 194, 225, 227, 228, 229, 236, 238, 262, 325, 332

Direitos Humanos 9, 123, 145, 166, 201, 208, 260, 261, 264, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 277, 326, 334

Direito social 6, 40, 47, 48, 268

E

Educação Básica 1, 2, 11, 13, 40, 48, 49, 50, 51, 53, 56, 64, 79, 80, 86, 87, 93, 95, 98, 114, 117, 118, 122, 177, 179, 180, 181, 188, 244, 274, 306, 320, 328, 334

Educação de órfãos 6, 65, 70, 75

Educação Inclusiva 6, 9, 18, 23, 26, 28, 39, 51, 55, 79, 80, 82, 83, 84, 88, 90, 93, 94, 99, 100, 117, 118, 122, 123, 124, 126, 132, 167, 171, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 214, 215, 216, 217, 230, 232, 244, 246, 259, 273, 274, 278, 302, 304, 305, 307, 312, 314, 315, 320, 325

Educação Infantil 9, 22, 48, 49, 50, 83, 87, 88, 95, 140, 179, 233, 237, 241, 242, 246, 247, 254, 302, 318

Enem 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

Ensino Híbrido 4, 11

Ensino Superior 7, 10, 3, 28, 30, 31, 45, 46, 51, 52, 112, 113, 117, 119, 120, 121, 122, 124, 191, 202, 209, 212, 232, 259, 265, 287, 288, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 320, 321, 322

Escola Pública 7, 3, 10, 42, 101, 108, 157, 246, 247, 274, 275

Escolas Comuns 6, 15, 199

Estabelecimentos Prisionais 208, 211

I

Instrumentos Avaliativos 6, 15, 16, 19, 23, 25

L

Legislação 10, 17, 41, 42, 49, 66, 74, 79, 90, 91, 93, 98, 110, 118, 160, 163, 168, 232, 260, 279, 281, 298, 302, 314, 322

Linguagem Adaptativa 7, 90, 91, 93, 95, 97, 98

M

Materiais Didáticos 9, 199, 214, 217, 225, 226, 227, 230

Mediação 9, 11, 26, 27, 36, 82, 91, 108, 111, 123, 124, 157, 158, 161, 163, 165, 188, 201, 244, 246, 247, 248, 249, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 282, 290, 299, 304

P

Perspectiva Histórico-Cultural 7, 125, 128, 129, 130, 131

Pessoa com Deficiência 6, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 90, 91, 92, 95, 100, 119, 120, 121, 123, 125, 127, 128, 129, 131, 176, 230, 274, 279, 302, 304, 311, 312, 316, 318, 326

Processo de aprendizagem 6, 11, 15, 16, 17, 18, 84, 179, 185, 187, 200, 233, 234, 244

Processo de Inclusão 7, 9, 18, 30, 33, 86, 90, 91, 93, 97, 114, 172, 201, 202, 244, 273, 281, 309, 314, 315, 322

Produção de conhecimento 9, 58, 145, 148, 280, 281, 287, 298

Proteção Escolar 8, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165

R

Recursos Multifuncionais 9, 199, 200, 201, 202, 273, 275, 278

S

Sala de Recursos 8, 9, 190, 191, 194, 199, 200, 201, 202, 273, 274, 275, 278, 279, 328, 329, 332

Saúde mental 7, 31, 133, 134, 137, 139, 142, 143

Sexualidade 5, 7, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 299, 334

Síndrome de Asperger 9, 89, 244, 246, 247, 248, 255, 258, 259, 304, 311

Síndrome de Down 10, 314, 315, 321, 322, 324, 325, 326

Surdos 6, 9, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 99, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 280, 281, 284, 287, 291, 294, 298, 299, 300, 319

T

Transgressão 7, 28, 30, 133, 135, 142

Transtorno do Espectro Autista 7, 10, 78, 83, 86, 87, 167, 176, 244, 248, 274, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 312

Tutelados 6, 65, 66, 67, 69, 70, 75

Tutores 6, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 75, 76

V

Vygotsky 36, 39, 83, 89, 91, 92, 93, 95, 100, 176, 258, 259, 313

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br